



História Unisinos

ISSN: 2236-1782

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Rosa de Oliveira, Leandro
Mover-se ao sul do Brasil: mobilidade e fluxos migratórios
através da trajetória de João da Silva Tavares (c.1800-c.1860)
História Unisinos, vol. 20, núm. 3, 2016, Setembro-, pp. 260-272
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579862723003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UNISINOS
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Mover-se ao sul do Brasil: mobilidade e fluxos migratórios através da trajetória de João da Silva Tavares (c.1800-c.1860)

Moving to southern Brazil: Mobility and migratory flows through João da Silva Tavares' trajectory (c.1800-c.1860)

Leandro Rosa de Oliveira¹

leandrodeoliveira@msn.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar alguns dos movimentos migratórios que compuseram a ocupação da metade sul do atual Estado do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX. Isso será feito a partir das migrações efetuadas por João da Silva Tavares e seus familiares ao longo de sua trajetória, sendo esta o fio condutor por nós utilizado no intuito de averiguar as diferentes conjunturas nas quais tais movimentos migratórios estiveram inseridos. Para tanto, serão utilizadas fontes diversas, especialmente registros de batismo, os quais fornecem as principais informações relativas à procedência dos contingentes populacionais aqui analisados, obtidas através da aplicação de uma metodologia de caráter serial a tais fontes. A partir de nossas análises, iremos não só ilustrar algumas das características dos movimentos migratórios em questão, mas também demonstrar o peso das migrações “internas” em tais movimentos.

Palavras-chave: migrações, Brasil, Rio Grande do Sul, trajetória, João da Silva Tavares.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze some of the migratory movements that were part of the occupation of the southern half of the current State of Rio Grande do Sul throughout the 19th century. This will be done based on the migrations made by João da Silva Tavares and his relatives along his trajectory, used as a guide to ascertain the different conjunctures in which such migratory movements were inserted. For this purpose, several sources will be used, especially baptism registrations, which provide the main information about the origin of the population groups analyzed here. This information is obtained through the application of a methodology of a serial nature to such sources. Based on our analyses, we will not only illustrate some of the characteristics of those migratory movements, but also demonstrate the importance of the “internal” migrations in such movements.

Keywords: migrations, Brazil, Rio Grande do Sul, trajectory, João da Silva Tavares.

¹ Doutorando. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Av. Paulo Gama, 110, Bairro Farroupilha, Porto Alegre, 90040-060, RS, Brasil.

Introdução

As mobilidades foram uma constante na trajetória de João da Silva Tavares. No que diz respeito aos aspectos socioeconômicos, foi de pequeno proprietário a grande estancieiro, construindo um patrimônio material considerável ao longo de sua vida, além de também ter obtido os títulos de Barão e Visconde de Serro Alegre, os quais granjeou em virtude de sua participação nas guerras que caracterizaram a conjuntura do Rio Grande de São Pedro ao longo do século XIX, tendo através dessas ascendido, ainda, na hierarquia militar. Lutou tanto em defesa do Império Português até 1822 quanto em prol do Império do Brasil após esse ano, posicionando-se, inclusive, de maneira contrária à Revolução Farroupilha. No que tange ao caráter geográfico, teve a vida marcada pelas migrações, seja acompanhando sua família, seja fazendo frente aos seus familiares. Essas mobilidades, por certo, estiveram intimamente conectadas em sua trajetória. Neste trabalho, entretanto, abordaremos apenas os aspectos referentes à mobilidade geográfica de João da Silva Tavares, caracterizada por dois movimentos migratórios em uma mesma região: a parcela meridional do atual Estado do Rio Grande do Sul.

Para tanto dividimos nossa abordagem em duas partes. A primeira engloba desde os primeiros anos da vida de João da Silva Tavares, incluindo desde a migração de sua família para os campos ao sul do rio Piratini, no início do século XIX, até a eclosão da Revolução Farroupilha. A segunda parte trata sobre o movimento migratório que João da Silva Tavares e sua família realizaram após o término da Revolução Farroupilha, decorrente das circunstâncias nas quais Silva Tavares se encontrava nesse momento. Para uma melhor visualização desses movimentos, buscamos compreendê-los dentro de um contexto de fluxo migratório que caracterizava o sul da então Província de São Pedro, fazendo-o principalmente através da análise das migrações para Herval e Bagé, locais para onde Silva Tavares e sua família migraram².

Nascer e migrar nas fronteiras do Império Português

A família de João da Silva Tavares teria migrado para a região na qual Herval se formaria em algum momento entre 1792 e 1807. Esse deslocamento pode ser

confirmado pela “Lista de criadores com marca de gado registrada ao sul do rio Piratini”, datada de 1807 (Franco, 1980), na qual José da Silva Tavares, pai de João, encontra-se incluído. Esse foi o único registro que encontramos de João e sua família desde o seu nascimento em Rio Grande, no ano de 1792, local de onde a família Silva Tavares efetuou seu movimento migratório. O historiador Sérgio da Costa Franco considera a sobredita “Lista” enquanto uma “relação dos fundadores da pecuária nos atuais municípios de Jaguarão, Arroio Grande e Herval” (Franco, 1980). Corroborar ou contestar a afirmação do autor sobre o pioneirismo desses indivíduos com relação a tal atividade nessa região não só nos foi inexequível, como também escapa aos nossos objetivos. A “Lista”, entretanto, é uma amostragem de pessoas que estavam desenvolvendo a pecuária em uma região cuja ocupação pelos súditos do Império Português era ainda recente no início do Oitocentos: os campos ao sul do rio Piratini, área que atualmente constitui a parcela oriental da extremidade meridional do estado do Rio Grande do Sul.

A ocupação dessa área estava sendo efetuada por indivíduos que, assim como José da Silva Tavares e sua família, realizaram um movimento migratório para aquela região. Como afirmamos anteriormente, o nascimento de João, último filho de José, foi registrado no livro de batismos de Rio Grande: José da Silva Tavares, açoriano, e Joana Maria dos Santos, natural de Estreito, casaram-se na vila do Rio Grande em 1783, registrando seus cinco filhos nessa capela entre esse ano e 1792, ano de nascimento de João. Os registros de batismo dessa família em Rio Grande encerram-se em um momento inicial de expansão rumo ao sudoeste da área denominada “Fronteira do Rio Grande”³, mais especificamente em direção à região localizada ao sul do rio Piratini. A partir do estabelecimento do Tratado de Santo Ildefonso, esse espaço teria sido designado como parte integrante da faixa territorial neutra a ser demarcada e estabelecida entre as possessões lusitana e espanhola no sul da América. A indefinição da situação desse território, entretanto, foi um dos motivos para que se iniciasse, na década de 1790, um movimento de ocupação de região. Esse processo, do qual muitos dos habitantes de Rio Grande fizeram parte, ganhou força a partir do início do século XIX, especialmente com o término da Guerra das Laranjas, em 1801 (Camargo, 2001; Franco, 1980; Osório, 1990, 2007).

Outros indivíduos presentes na “Lista de criadores” acima referida também registraram seus filhos

² Este artigo é uma versão modificada de algumas das análises presentes nos dois primeiros capítulos de nossa dissertação, intitulada *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c. 1790-c. 1870)*, defendida no ano de 2016 no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

³ De acordo com Tiago Gil, essa expressão, bastante utilizada em documentações da época (especialmente a partir de 1777), fazia referência à região próxima à localidade de Rio Grande em direção ao sul, sendo este um espaço de circulação entre os Impérios Lusitano e Espanhol na América do Sul (Gil, 2007).

em Rio Grande, dentre os quais podemos citar os casos de Inácio José de Leivas, de Bonifácio José Nunes e do tenente Antônio Francisco dos Santos Abreu, naturais, respectivamente, da “Ilha de Santa Catarina”, de Rio Pardo e de Viamão. Todos esses indivíduos registraram filhos legítimos na vila de Rio Grande antes de 1800, o que nos possibilita afirmar que a vila de Rio Grande era, ao menos para um certo contingente, um ponto de partida desse movimento de avanço ocupacional sobre a área em questão – cujo território, não por acaso, estava inserido na região à época conhecida como “Fronteira do Rio Grande”.

Esses migrantes, tendo passado ou não por Rio Grande antes de chegar ao espaço em questão, eram oriundos das mais diversas partes do Império Português. Os casos acima citados, por exemplo, já ilustram esse fenômeno migratório. No intuito de melhor demonstrá-lo, entretanto, buscamos averiguar o local de nascimento daqueles presentes na já citada lista de criadores estabelecidos na região ao sul do Piratini. Localizamos tais informações para 59 dos 90 listados, as quais apresentamos dispostas no Quadro 1.

Os dados do Quadro 1 demonstram, em primeiro lugar, a predominância de pessoas nascidas no território correspondente ao atual Brasil. Essas totalizam 67,8% dos migrantes em questão, sendo que maioria é composta por indivíduos nascidos na própria Capitania de São Pedro do Rio Grande (52,6% do total), os quais apresentam os seguintes locais de origem: sete oriundos da região

de Porto Alegre; quatro da região de Rio Pardo e 20 da região de Rio Grande. Ou seja, dentre os migrantes nascidos na Capitania de São Pedro, predominam aqueles nascidos em Rio Grande e arredores. Estes estariam em maior número mesmo que separássemos a localidade de Rio Grande como uma única categoria na tabela acima citada. É importante ressaltar ainda a presença significativa de açorianos, cujo percentual perfaz quase um quarto do total dos indivíduos aqui analisados, dentre os quais está José da Silva Tavares.

A amostragem apresentada acima permite que tenhamos uma ideia sobre a variedade de regiões de origem dos migrantes que estavam ocupando essa parte da estremadura meridional da América portuguesa no início do século XIX. É importante ressaltar que essa “Lista de criadores” é uma amostragem de apenas uma parcela dessa população migrante. Por certo, os indivíduos listados realizaram tal movimento migratório acompanhados de suas famílias, cujos membros ausentes da listagem, por vezes de origens diversas daqueles presentes na lista, também fariam parte da ocupação do espaço aqui analisado e da caracterização de sua população. É o caso, por exemplo, da própria família de José da Silva Tavares, açoriano, citado entre os criadores: certamente sua esposa Joana Maria, nascida em Estreito, e pelo menos quatro de seus cinco filhos, nascidos em Rio Grande, também migraram para o sul do rio Piratini (Vieira, 2010).

Os já citados casos de Inácio José de Leivas, Antônio Francisco dos Santos Abreu e Bonifácio José Nunes também nos permitem ilustrar o proposto acima. Conforme afirmamos anteriormente, esses indivíduos, naturais da “Ilha de Santa Catarina”, de Viamão e de Rio Pardo, estavam presentes na “Lista de criadores” de 1807 e registraram filhos legítimos na Vila de Rio Grande antes de 1800. Em tais registros, suas esposas foram descritas como sendo naturais, respectivamente, de São Carlos de Maldonado (localidade do atual Uruguai), Viamão e Santo Antônio da Patrulha⁴. Os dados relativos a essas mulheres e crianças, portanto, quando localizáveis, servem para ilustrar ainda melhor o quão diversas eram as origens das pessoas que ocuparam a região ao sul do Piratini no início do século XIX.

Acompanhados, como vimos, por suas famílias e também por seus escravos (Aladrén, 2012; Matheus, 2016), esses indivíduos se estabeleceram em uma área de fronteira, resguardados pela presença de acampamentos militares portugueses, nos quais muitos deles também prestaram serviços militares à Coroa Lusitana. Vinculados ou não às forças militares portuguesas, esses criadores, localizados inicialmente em um espaço de fronteira

Quadro 1. Locais de origem dos indivíduos presentes na “Lista de criadores” de 1807.

Chart 1. Locations of origin of the individuals present in the “Breeders’ List” of 1807.

| Local de origem | Quantidade de indivíduos | % |
|-------------------|--------------------------|------------|
| Açores | 13 | 22 |
| Portugal | 5 | 8,5 |
| Brasil | 9 | 15,2 |
| Uruguai | 1 | 1,7 |
| Rio Grande do Sul | 31 | 52,6 |
| Total | 59 | 100 |

Nota: Para uma melhor disposição dos dados, optamos pelas categorias “Rio Grande do Sul” e “Brasil”, nas quais estão incluídos os indivíduos nascidos, respectivamente, na Capitania de São Pedro do Rio Grande e nas outras Capitanias correspondentes ao território colonial português na América do Sul.

Fontes: Family Search (s.d.), Franco (1980).

⁴ Informações obtidas nos Livros de Batismo de Rio Grande, disponíveis no site www.familysearch.org. Ver relação de fontes utilizadas ao final do texto.

determinado apenas por sua posição meridional em relação ao rio Piratini, foram gradativamente se aglomerando em torno de três localidades que surgiram nessa região, conforme afirma Franco (1980): Arroio Grande, Herval e Jaguarão. No livro “Origens de Jaguarão”, esse autor demonstra que alguns desses criadores fixaram residência nessa última localidade, formada a partir de uma guarda militar (Franco, 1980). Seguindo os rastros de João da Silva Tavares e sua família, entretanto, procuramos visualizar a fixação dessas pessoas na localidade de Herval. Para tanto, utilizamos a documentação relativa aos processos de requerimento de autorização para a edificação de uma capela nesse povoado.

De acordo com Marcelo Matheus, os moradores da localidade de Herval, aproveitando uma Visita Paroquial àquela região em 1815, averiguaram a possibilidade de erguer uma capela no povoado em que habitavam. Apesar de terem obtido parecer positivo do Bispo do Rio de Janeiro naquele mesmo ano, os requerentes não deram prosseguimento a essa iniciativa, “devido à falta de recursos e de um espaço adequado para o templo” (Matheus, 2016, p. 63). A conjuntura de guerra, por certo, também foi um dos fatores que atrasaram tal empreitada, haja vista o avanço bélico das forças lusitanas em direção à Banda Oriental, iniciado em 1816. Os moradores de Herval encaminharam novamente o pedido às autoridades da Coroa no Rio de Janeiro, no início da década de 1820, alegando não terem podido levar adiante seus planos em virtude das “críticas circunstâncias” em que se encontrava a região e requerendo nova permissão para darem prosseguimento àquela empreitada, obtendo parecer favorável às suas pretensões, conforme veremos adiante.

A requisição dos habitantes de Herval, datada do início da década de 1820, foi acompanhada por uma subscrição de seus habitantes, fato que nos permite ter uma amostragem de uma parcela dos indivíduos que se fixaram naquele povoado após alguns anos de ocupação do território onde ele estava inserido. Com o intuito de verificar essa fixação, cruzamos os dados dessa subscrição com o da “Lista de criadores” de 1807. Dos 90 indivíduos presentes na “Lista”, 11 foram localizados dentre aqueles que residiam em Herval no início da década de 1820. Se o número de criadores da “Lista” de 1807 presentes no abaixo-assinado dessa localidade é pouco significativo, convém lembrar que alguns deles estabeleceram-se também em Arroio Grande ou Jaguarão, outras localidades que surgiram a partir da ocupação do território ao sul do rio Piratini (Franco, 1980). Alguns daqueles que assinaram os requerimentos, por sua vez, provavelmente não estivessem listados entre os criadores por serem muito jovens à época, como é o caso de João da Silva Tavares, o qual contava 15 anos em 1807. Apesar disso, certamente

João acompanhava seu pai, José da Silva Tavares, quando este fora listado dentre os possuidores de marca de gado registrada ao sul do Piratini naquele ano.

Se João da Silva Tavares acompanhava seu pai José da Silva Tavares quando da elaboração da lista de criadores de 1807, este já não acompanhava seu filho desde 1813, ano de seu falecimento. Pelas circunstâncias da vida, portanto, não foi possível que José da Silva Tavares se fizesse presente na subscrição elaborada pelos habitantes de Herval do início da década de 1820. Sua viúva Joana Maria, entretanto, assinou a requisição, assim como três dos seus filhos: José da Silva Fagundes, Serafim José da Silva e o próprio João. Da mesma forma que José da Silva Tavares, outros 12 dos indivíduos listados dentre os criadores em 1807 faleceram antes de 1820, sendo esse um outro fator possível para o reduzido número de nomes que se repetiram nas listas elaboradas entre 1807 e o início da década de 1820. A esse número nos foi possível chegar a partir da localização dos inventários *post mortem* desses indivíduos (Rio Grande do Sul, 2010).

Similarmente a inúmeras outras famílias, os Silva Tavares fizeram parte, conforme demonstramos, de um processo ocupacional que em 1807 ainda era disperso em uma grande região, e que aos poucos foi concentrando indivíduos em diferentes aglomerações populacionais, dentre as quais a localidade de Herval. Como vimos, apenas 11 dos criadores listados em 1807 fizeram parte do abaixo-assinado que os moradores desse povoado elaboraram no início dos anos 1820, seja em virtude da já mencionada dispersão populacional pelo espaço aqui analisado, das consequências relativas a seus respectivos ciclos de vida ou por razões que aqui nos escapam. Em um terceiro momento, quase 20 anos após 1807, apenas seis desses 11 criadores presentes na lista do início da década de 1820 puderam ser localizados em uma outra documentação produzida sobre a localidade de Herval, somados a outros seis criadores listados em 1807 e que não subscreveram, no início dos anos 1820, o requerimento dos moradores desse povoado. A documentação em questão é o “Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, e Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e Léguas”.

O “Mapa” em questão foi elaborado no ano de 1824, em virtude do já mencionado processo de solicitação para a construção de uma capela na localidade. O requerimento dos moradores de Herval obteve sucesso, e a localidade foi, em decorrência disso, elevada à categoria de freguesia no ano de 1824. Tal documento faz um levantamento do número de habitantes da povoação, os quais são descritos a partir dos “fogos” de que fazem parte, sendo essa relação um interessante meio para avaliar algumas características sociais da recém-criada freguesia de São

João Batista do Herval. É importante destacar, entretanto, que o “Mapa” não nomeia todos os integrantes de cada “fogo”, sendo citados apenas os 171 homens e mulheres considerados pelo elaborador da listagem como “cabeças de casal”, ou seja, o principal responsável por cada uma dessas unidades. Comparada essa listagem com a relação de criadores de 1807, como já mencionamos, apenas 12 nomes se repetiram. Porém, quando efetuamos o cruzamento dos nomeados no “Mapa” com aqueles presentes na subscrição elaborada pelos habitantes de Herval no início dos anos 1820, o número de nomes repetidos aumenta para 74, algo que indica a fixação de grande parte desses indivíduos na nascente localidade. Os nomes que não se repetem, por sua vez, podem estar indicando tanto pessoas em distintos momentos de seu ciclo de vida (falecidas ou muito jovens quando da elaboração da primeira lista) quanto indivíduos circulando em um movimento migratório (de chegada ou de partida) ainda efetivo nessa região durante o período em questão.

As listas obtidas para a região de Herval, portanto, se não abarcam a totalidade de seus habitantes, permitem que tenhamos uma amostragem do contingente de indivíduos que estava ocupando essa região. Esses dados nos permitem analisar, mesmo que parcialmente, o movimento migratório que caracteriza a formação dessa e de outras localidades que surgiram no território em questão, o qual também foi efetuado pelos Silva Tavares. No que diz respeito a movimentos migratórios, alguns trabalhos recentes têm demonstrado a utilidade dos assentos batismais para a sua visualização na formação de localidades ao sul do Brasil. Esses registros podem ser bastante úteis para a visualização desses movimentos quando da ausência de fontes como registros de entrada e saída de moradores ou mesmo de listas de fogos (Farinatti, 2010, 2014; Matheus e Oliveira, 2014). Analisando os assentos batismais das localidades de Alegrete (Farinatti, 2010, 2014) e Bagé (Matheus e Oliveira, 2014), tais trabalhos demonstraram a relevância das migrações “internas”⁵ em tais processos ou, melhor dizendo, da participação de indivíduos oriundos de regiões de ocupação mais antiga, considerando o atual território do Estado do Rio Grande do Sul, para a formação populacional dessas novas localidades.

Conforme demonstramos anteriormente, pudemos observar essa mesma característica através da análise da “Lista de criadores com marca de gado registrada ao sul do rio Piratini”, datada de 1807 (Franco, 1980), na qual estava presente José da Silva Tavares, pai de João da Silva Tavares. Nessa região, conforme também já afirmamos, surgiram as localidades de Arroio Grande, Jaguarão e Herval, tendo a família Silva Tavares se estabelecido nesta última. A partir

dos dados percentuais relativos à origem dos indivíduos presentes na “Lista”, poderíamos sugerir que essas localidades compartilharam da mesma característica observada para as localidades de Alegrete e Bagé, no que diz respeito à relevância das migrações “internas” para sua formação, as quais constituem 52,6% do total. Essa hipótese poderia ser testada através da aplicação da mesma metodologia utilizada para a análise das localidades de Bagé e Alegrete, ou seja, através dos registros de batismo referentes a Herval. Tal tarefa, entretanto, não nos foi possível realizar, não só pelo fato de não termos conseguido acessar tais registros, mas também em virtude do tempo que seria necessário para o devido fichamento de tais fontes, algo que ficaria além das possibilidades deste trabalho.

Apesar disso, buscamos uma alternativa para tais dados, no intuito não só de testarmos a hipótese, mas também de efetuar uma comparação, mesmo que de maneira aproximada, entre a localidade na qual João da Silva Tavares formou seu próprio núcleo familiar e viveu até o início da Revolução Farroupilha e as localidades de Alegrete e Bagé, surgidas dentro do mesmo processo ocupacional e analisadas em outros trabalhos, conforme citamos anteriormente. Para tanto, utilizamos novamente as documentações referentes ao processo de requerimento de autorização para a edificação de uma capela em Herval e de sua posterior elevação à freguesia, sobre as quais já falamos anteriormente neste trabalho: a subscrição anexa ao requerimento para erguer capela, do início da década de 1820, e o “Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, e Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e Léguas”, datado de 1824.

Com a intenção de averiguar a origem dos indivíduos presentes nessa documentação, elaboramos uma única listagem dessas pessoas, a partir do cruzamento das listas nominais da subscrição e do “Mapa”, a qual totalizou 243 indivíduos. Frente à impossibilidade de acessar os registros paroquiais referentes a Herval, cruzamos esses dados com os registros paroquiais da Vila do Rio Grande, utilizando a mesma metodologia para a visualização da origem dos indivíduos aplicada anteriormente à “Lista de criadores” de 1807. Em virtude disso, conseguimos designar tal dado para apenas 62 (25,5%) daqueles incluídos na listagem total. Cremos que essa amostragem, apesar de reduzida, nos permite realizar uma aproximação com o que seriam os percentuais de procedência para aquela localidade. Além disso, nos foi possível utilizar dados relativos aos registros de batismo efetuados em Jaguarão, localidade que também surgira na região ao sul do rio Piratini, conforme já afirmamos. Tais dados, os quais também permitem uma aproximação com o perfil encontrado para aquela região

⁵ Faz-se necessário esclarecer que o termo neste trabalho é utilizado tomando-se por base o território atual do Rio Grande do Sul.

na qual Herval estava inserida, foram coletados no livro *Origens de Jaguarão*, de Franco (1980). Acrescentando os dados referentes a Alegrete e Bagé, estabelecemos uma comparação entre algumas dessas localidades formadas através da ocupação efetiva da parcela meridional do atual Estado do Rio Grande do Sul, ocorrida a partir do início do século XIX. Apresentamos os dados referentes a essas localidades no Quadro 2.

Os percentuais do Quadro 2 demonstram a presença majoritária de indivíduos oriundos de áreas referentes ao atual Estado do Rio Grande do Sul para as localidades em questão. No que diz respeito a Herval e Jaguarão, é interessante observar que suas porcentagens nesse quesito mantêm um padrão similar aos 52,6% encontrados para a “Lista” de 1807, o qual, apesar de inferior, não deixa de ser majoritário. Para Alegrete, se faz necessário destacar o percentual majoritário de indivíduos oriundos das Missões para o primeiro período demonstrado na tabela, explicado pelo fato de aquela povoação ter sido erguida em uma parcela dos antigos territórios missioneiros (Farinatti, 2014). A população de Alegrete oriunda de localidades do atual Rio Grande do Sul, além de apresentar percentual superior às outras origens no primeiro período, tende a se tornar majoritária ao longo do tempo, como demonstra o percentual relativo ao período entre 1828 e 1835. É curioso observar, ainda sobre a categoria “Rio Grande do Sul”, que os percentuais relativos a Herval e Bagé são praticamente iguais nesse primeiro momento, o que pode ser decorrente da relativa proximidade entre essas duas povoações, caso consideremos a distância de Bagé para Alegrete e Jaguarão, por exemplo.

Para além disso, os percentuais apresentados para Herval e Jaguarão vão ao encontro da hipótese sugerida por Luís Augusto Farinatti em sua análise acerca de Alegrete. Conforme demonstra esse autor, a “onda populacional” que participara da conquista e ocupação daquele território teria sido composta, majoritariamente, por indivíduos nascidos no Rio Grande de São Pedro (Farinatti, 2014). Essa mesma característica foi visualizada na análise dos dados relativos a Bagé para o mesmo período (Matheus e Oliveira, 2014). cremos, portanto, que a partir da comparação dos dados apresentados seja possível sugerir a validade dessa proposição para as outras localidades aqui analisadas. Em vista disso, é interessante destacar que João da Silva Tavares e sua família estiveram inseridos em um mesmo movimento migratório que caracterizou a formação dessas povoações ao longo das primeiras décadas do século XIX.

Frente ao exposto, passamos à comparação dos dados relativos a essas quatro localidades, considerando apenas os percentuais referentes à parcela oriunda de regiões pertencentes ao atual Estado do Rio Grande do Sul. Objetivamos, dessa forma, visualizar as nuances relativas a esses percentuais, com o intuito de melhor compreender as características desse movimento específico do qual os Silva Tavares fizeram parte. Antes disso, entretanto, fazem-se necessárias algumas explicações. Para a análise dos dados presentes no quadro acima foi utilizada a tipologia geral estabelecida por Farinatti (2010) em seu trabalho sobre Alegrete, a partir da qual efetuamos a disposição dos dados relativos às quatro localidades aqui analisadas. No intuito de melhor analisar as migrações oriundas de regiões do

Quadro 2. Percentuais gerais dos locais de origem (Alegrete, Bagé, Herval e Jaguarão).

Chart 2. Overall percentage of the locations of origin (Alegrete, Bagé, Herval and Jaguarão).

| | Alegrete* | | Bagé** | Herval*** | Jaguarão**** |
|--------------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------------|---------------------|
| | 1816-1827 | 1828-1835 | 1829-1835 | Década de 1820 | 1814-1826 |
| Rio Grande do Sul | 29% | 37% | 61,4% | 62,9% | 73,7% |
| Missões | 46% | 28% | 1,6% | 0 | 0,1% |
| Brasil | 12% | 18% | 14% | 12,9% | 6,7% |
| Europa | 7% | 8% | 14% | 21% | 8,2% |
| Região Platina | 5% | 8% | 7% | 3,2% | 11,3% |
| África | 1% | 1% | 2% | 0 | 0 |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

Notas: (*) Dados percentuais aproximados relativos aos indivíduos do sexo masculino que batizaram seus filhos nessa localidade durante o período especificado (Farinatti, 2014). (**) Dados percentuais relativos aos indivíduos do sexo masculino que batizaram seus filhos nessa localidade durante o período especificado (Matheus e Oliveira, 2014). (***) Informações obtidas em Family Search (s.d.) e Franco (1980). Agradecemos à Rachel Marques pelas informações gentilmente cedidas, muitas das quais foram também utilizadas para a composição deste quadro. (****) Percentuais obtidos através da quantificação de dados gerais de indivíduos de ambos os sexos que registraram seus filhos nessa localidade durante o período especificado (Franco, 1980).

atual Rio Grande do Sul, esse autor subdivide os dados da categoria “Rio Grande do Sul” em algumas subcategorias. Porém, em análise posterior, relativa à localidade de Bagé, foram efetuadas algumas alterações a essa tipologia (Matheus e Oliveira, 2014), ficando tais subcategorias divididas naquele trabalho da seguinte maneira:

- “Rio Pardo”: região central do atual Rio Grande do Sul, englobando as localidades de Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada;
- “Jacuí”: localidades de Triunfo, Santo Amaro, Camaquã e Taquari;
- “Capital”: Porto Alegre e Viamão;
- “Piratini”: Piratini, Canguçu, Jaguarão, Serrito e Herval;
- “Porto-Charqueadora”: Rio Grande, Pelotas, Estreito, Mostardas e Povo Novo⁶.

Além disso, a categoria “Missões” utilizada por Farinatti foi considerada, naquele trabalho, enquanto uma das subcategorias referentes à categoria “Rio Grande do Sul”, em virtude da reduzida quantidade de indivíduos oriundos daquela região presentes nos batismos de Bagé, conforme pode ser também verificado no quadro acima, no que diz respeito ao primeiro período de análise.

Para a elaboração deste trabalho, entretanto, efetuamos outras alterações a essas subcategorias, em especial no que diz respeito à área “Piratini”, na qual as localidades de Herval e Jaguarão se encontravam inseridas, uma vez que tais áreas foram pensadas apenas para que fosse realizada a análise dos dados relativos a Bagé. Considerando isso, estabelecemos uma nova sugestão para essas subcategorias, as quais ficaram divididas de acordo com as seguintes áreas de afluxo migratório:

- “Capital”: Porto Alegre, Viamão, Santo Antônio da Patrulha;
- “Jacuí”: Triunfo, Santo Amaro, Camaquã e Taquari;
- “Piratini”: Piratini, Canguçu;
- “Porto-Charqueadora”: Rio Grande, Pelotas, Estreito, Mostardas, Povo Novo;
- “Rio Pardo”: Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada;
- “Missões”.

Em um segundo momento, ademais, acrescentaremos a subcategoria “Novas Áreas”, na qual incluímos as

localidades formadas a partir do fluxo migratório oriundo das subcategorias acima descritas. Para este trabalho, consideramos integrantes das “Novas Áreas”, por exemplo, as localidades de Alegrete, Bagé, Herval, Jaguarão, Santana do Livramento e São Gabriel, ou seja, aquelas formadas justamente pelo movimento migratório aqui analisado.

Tendo por base as subcategorias acima descritas, verificamos nas localidades aqui analisadas as áreas mais representativas de afluxo migratório para cada uma delas. Herval e Jaguarão apresentam percentuais majoritários (80% e 93%, respectivamente) para indivíduos oriundos da área “Porto-Charqueadora”, seguindo a tendência verificada para a região na qual estavam localizadas em 1807, como vimos anteriormente⁷. Para Alegrete, o percentual majoritário é relativo a pessoas advindas da área “Rio Pardo” (52 a 55% entre 1816 e 1844)⁸. Bagé, por sua vez, apresenta uma maioria de indivíduos oriundos igualmente de “Rio Pardo” (39,1%), tendo a área “Piratini” um percentual também significativo para essa localidade (30,4%). É importante frisar que, para este primeiro período, nenhuma das quatro localidades apresentou indivíduos nascidos nas localidades das “Novas Áreas”⁹. Os dados apresentados, cruzados com uma sugestão cartográfica presente no trabalho relativo à localidade de Bagé (Matheus e Oliveira, 2014), nos permitiram elaborar uma nova sugestão para as principais rotas de fluxo migratório que compuseram a ocupação inicial das capelas aqui analisadas, a qual representamos na Figura 1.

Como se pode ver na Figura 1, as áreas que fornecem mais indivíduos para as novas localidades são aquelas limítrofes às regiões ocupadas pelas novas povoações, algo que corrobora a hipótese elaborada por Luís Augusto Farinatti, a partir de sua análise sobre os fluxos migratórios para Alegrete (Farinatti, 2014), a qual também pode ser verificada para Bagé (Matheus e Oliveira, 2014). Para as outras localidades aqui analisadas, observa-se essa mesma tendência, tendo sido tais povoações alimentadas por fluxos migratórios advindos, em sua maioria, de ao menos uma de suas áreas limítrofes. Essa observação pode estar demonstrando uma característica do processo de ocupação da metade sul do atual Rio Grande do Sul durante as primeiras décadas do século XIX, qual seja, o avanço para áreas imediatamente contíguas às regiões de ocupação mais antiga. Como pudemos ver, os pais de João da Silva Tavares seguiram essa tendência nos primeiros anos do Oitocentos, assim como outros inúmeros

⁶ As três primeiras subcategorias foram elaboradas por Farinatti (2010).

⁷ Para aquele momento da análise, faz-se importante mencionar, apontamos o percentual majoritário para as localidades da região de Rio Grande, as quais fazem parte da categoria “Porto-Charqueadora”.

⁸ Exclusivamente para essa localidade não incluímos a área “Missões” no cálculo relativo à categoria “Rio Grande do Sul”, em virtude dos percentuais apresentados por tal área para Alegrete.

⁹ Devemos deixar claro, entretanto, que foi encontrado um único indivíduo de Bagé nos dados relativos a Alegrete, algo que consideramos irrisório para os percentuais. Apesar disso, cremos que tal ocorrência excepcional não invalide nossa afirmação.

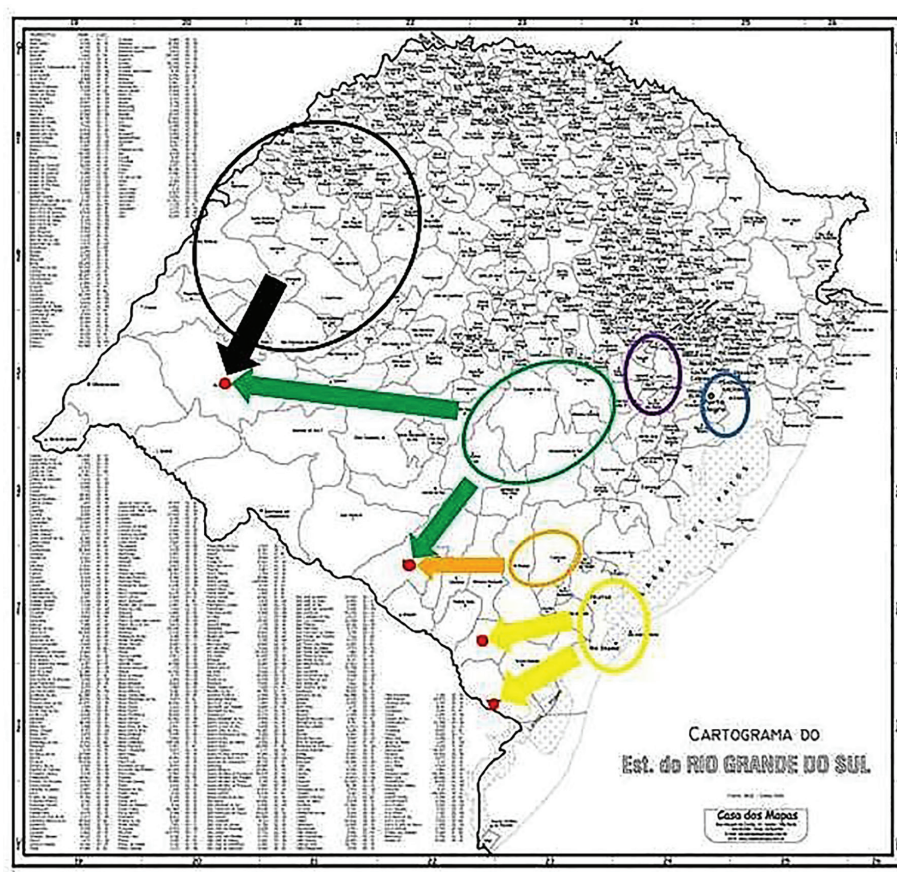


Figura 1. Principais rotas de fluxo migratório para as capelas de Alegrete, Bagé, Herval e Jaguarão – primeira metade do século XIX.

Figure 1. Main routes of migratory flows to the chapels of Alegrete, Bagé, Herval and Jaguarão – first half of the 19th century.

Nota: As áreas em destaque no mapa são representações aproximadas das principais “regiões” de afluxo migratório anteriormente descritas neste trabalho e classificadas em subcategorias. Para destacá-las, utilizamos as seguintes cores: preto para “Missões” (estando representada aqui apenas a área aproximada dos Povos localizados na margem oriental do rio Uruguai); verde para “Rio Pardo”; roxo para “Jacuí”; azul para “Capital”; laranja para “Piratini”; e, por fim, amarelo para “Porto-Charqueadora”. Os pontos vermelhos representam as localidades analisadas, quais sejam, da esquerda para a direita: Alegrete, Bagé, Herval e Jaguarão.

Fonte: <http://www.casadosmapas.com.br/imagem/cartogramas/rs.jpg> (adaptado).

indivíduos que se deslocaram de Rio Grande (ou da área “Porto-Charqueadora” como um todo) para a região ao sul do rio Piratini.

Guerrear e migrar nas fronteiras do Império Brasileiro

João da Silva Tavares e sua família permaneceram com residência fixa em Herval pelo menos até o início da Revolução Farroupilha, no ano de 1835. A mobilidade espacial foi uma constante na vida da família Silva Tavares ao longo dos quase 10 anos desse conflito, no qual o agora patriarca João participou lutando em defesa do Império

do Brasil. Em virtude das movimentações relativas às atividades bélicas, Silva Tavares circulou ativamente entre o norte do atual Uruguai (em especial na região de Cerro Largo) e o sudeste da então Província de São Pedro do Rio Grande, principalmente entre as localidades de Rio Grande, Pelotas, Herval e Jaguarão. Ao longo de todo o conflito, essa região foi a principal área de atuação de Silva Tavares, a mesma na qual atuara e construíra seu prestígio no período anterior à Revolução.

Sua família também foi diretamente afetada pelas contingências da guerra, como demonstram os assentos de batismos de alguns de seus filhos nascidos durante o conflito, batizados tanto na localidade de Herval quanto em Rio Grande. Nesta vila, centro de resistência legalista,

foram registrados cinco dos seis filhos de João da Silva Tavares nascidos durante a Revolução Farroupilha. Após ter sido retirada para o Estado Oriental (atual Uruguai) e retornado à Província ainda no início do conflito, a família Silva Tavares passou grande parte do período de guerra em Rio Grande.

Com o findar da Revolução Farroupilha, o então Coronel e Comendador João da Silva Tavares encontrava-se em uma delicada situação econômica. De acordo com José Cypriano Nunes Vieira (2010), o Coronel teria perdido todas as suas propriedades durante o decênio farroupilha. No ano de 1847, porém, Silva Tavares buscou rearticular suas atividades econômicas, adquirindo junto a Israel Soares de Paiva a estância do Serro Alegre, sendo a escritura de compra registrada em Rio Grande. Além da propriedade de mais de 9 léguas, adquiriu também 7 mil reses alçadas, parcelando a compra em sete prestações anuais a serem pagas a partir de 1849, ficando a própria estância hipotecada como garantia de pagamento (Vieira, 2010).

A compra da Estância do Serro Alegre, portanto, levaria Silva Tavares a migrar com sua família para Bagé, localidade na qual a propriedade se situava. Conforme consta na escritura de compra e venda, João da Silva Tavares residia em Rio Grande quando da realização desse negócio, tendo sido tal compra registrada nessa mesma cidade. Apesar da compra da propriedade, entretanto, a família aparentemente não se mudou de imediato para Bagé: por mais que nossos dados sejam insuficientes para afirmar tal proposição, é significativo o fato de sua filha Felicíssima ser batizada em 1848 na cidade de Rio Grande e ter seu óbito registrado no mesmo ano na cidade de

Pelotas (Vieira, 2010), algo que pode estar demonstrando a circulação da família nesse momento.

Em meados da década de 1850, porém, a família já se encontrava instalada em Bagé, como demonstra o Livro de Registro de Marcas de Gado daquela localidade: em 3 de outubro de 1855, o “Coronel João da Silva Tavares, morador no 2º distrito desta vila”, registrou o símbolo destinado à marcação do gado de sua propriedade. Na mesma data, o mesmo fizeram seus filhos João Nunes (Joca Tavares), Joaquim e José Facundo, tendo sido todos descritos enquanto moradores do mesmo 2º distrito e, dessa forma, confirmando a migração de Silva Tavares e sua família para Bagé. Nesse mesmo período, os membros da família Silva Tavares passam a comparecer à pia batismal naquela localidade de maneira reiterada, o que corrobora nossa afirmação acerca da efetiva mudança dessa família para a vila de Bagé, assim como seu enraizamento naquela localidade.

Com o intuito de melhor compreender o contexto no qual o movimento migratório dessa família ocorre, analisaremos a seguir os dados relativos à procedência dos indivíduos que compareceram à pia batismal na capela de São Sebastião de Bagé entre 1829 e 1860, os quais se encontram expressos no Gráfico 1.¹⁰

Como se pode ver, a tendência percentual majoritária das migrações “internas” apresentada pelas localidades analisadas anteriormente neste trabalho se corrobora, ao longo das décadas de 1830, 1840 e 1850, para a vila de Bagé, apresentando um aumento percentual durante o período Farroupilha, mas tendendo a estabilizar nos períodos posteriores. Para uma melhor visualização de

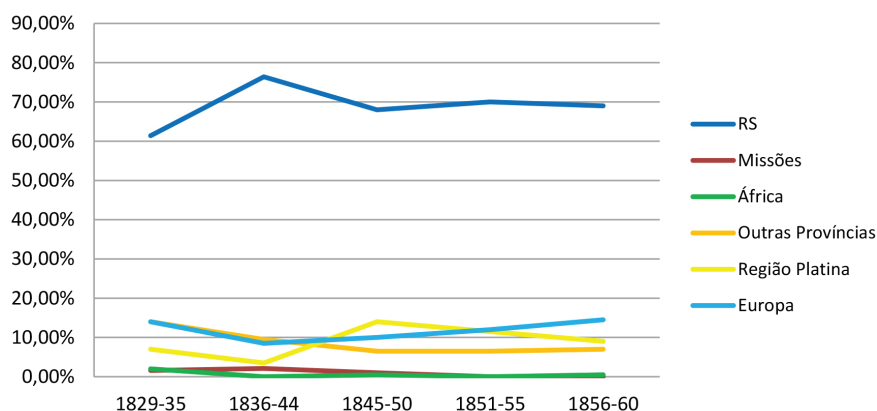


Gráfico 1. Variação temporal dos percentuais gerais de origem (Bagé, 1829-1860).

Graph 1. Temporal variation of the overall percentages of origin (Bagé, 1829-1860).

Fonte: Arquivo da Diocese de Bagé. Registros de Batismo da Igreja de Bagé. Livros 1, 2, 3 e 4B.

¹⁰ A subcategoria “Missões” foi dividida da categoria “Rio Grande do Sul” neste gráfico apenas para evidenciar a baixa representatividade de indivíduos oriundos dessa área na composição dos percentuais de origem encontrados para Bagé. Para a continuação da análise, prosseguimos considerando os dados relativos a essa subcategoria enquanto integrantes da categoria “Rio Grande do Sul”.

como era composta essa população oriunda de localidades do atual Estado do Rio Grande do Sul que se encontrava em Bagé no período em questão, distribuímos os dados da categoria “Rio Grande do Sul” seguindo a mesma periodização acima apresentada. Dividimos tais dados, porém, de acordo com as seguintes subcategorias (Gráfico 2):

- “Principais Áreas”: percentuais referentes aos indivíduos oriundos das áreas que apresentaram afluxo migratório majoritário para Bagé durante o período entre 1829 e 1835 (subcategorias “Rio Pardo” e “Piratini”);
- “Outras Áreas”: percentuais relativos às demais áreas de afluxo migratório (subcategorias “Capital”, “Jacuí”, “Porto-Charqueadora” e “Missões”);
- “Novas Áreas”: porcentagem referente àqueles oriundos das localidades surgidas a partir do afluxo migratório aqui visualizado, conforme descrito anteriormente, com exceção de Bagé (Alegrete, Herval, Jaguarão, Santana do Livramento e São Gabriel);
- “Bagé”: percentual de indivíduos nascidos na localidade analisada.

Com a nova divisão dos percentuais, torna-se possível visualizar não só o peso dos indivíduos oriundos das áreas mais antigas de afluxo para Bagé ao longo do tempo, mas também os dados relativos a indivíduos advindos de localidades formadas a partir do afluxo migratório ocorrido principalmente durante as três primeiras décadas do século XIX, quais sejam, aqueles procedentes das “Novas

Áreas”, cujos percentuais se encontravam difusos nas subcategorias utilizadas anteriormente para a análise dos dados relativos a Bagé durante esse período (Matheus e Oliveira, 2014). Além disso, é possível visualizar, através do crescente percentual da categoria “Bagé”, o enraizamento da população naquela localidade, como não poderia deixar de ser, haja vista o período decorrido desde a fundação daquela povoação¹¹, ocorrida nos primeiros anos do século XIX. Um outro ponto evidenciado pelo gráfico diz respeito à subcategoria “Outras Áreas”: como podemos observar pelos dados percentuais, a migração oriunda de áreas que não fossem diretamente adjacentes aos territórios ocupados, apesar de efetuada em menor escala, era também uma possibilidade visualizável. Como a área “Porto-charqueadora” se encontra dentre as “Outras Áreas” de migração para Bagé, podemos sugerir que os pais de João da Silva Tavares, tendo realizado sua migração para Herval a partir de Rio Grande, podem ter visualizado também a opção de dirigirem-se a áreas mais distantes, apesar de terem optado por efetuar a migração conforme a tendência majoritária.

É interessante observar, aliás, o decréscimo na representatividade de indivíduos com origens nas áreas mais antigas de afluxo migratório, visualizável para Bagé ao longo do tempo. Tal diminuição é mais acentuada para aqueles oriundos das “Principais Áreas” de afluxo migratório, a qual é inversamente proporcional ao percentual de indivíduos nascidos na localidade de Bagé. Essa relação pode estar corroborando algo já assinalado por Luís Augusto Farinatti em suas análises sobre Alegrete. Segundo

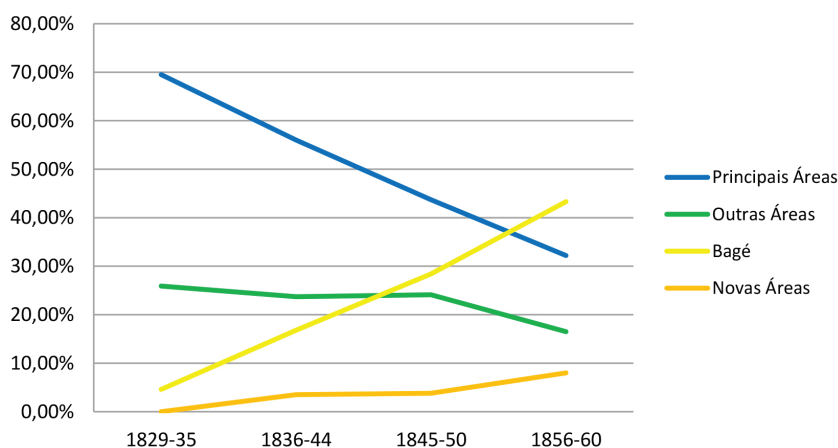


Gráfico 2. Variação temporal dos percentuais de origem de indivíduos oriundos de áreas do atual Estado do Rio Grande do Sul (Bagé, 1829-1860).

Graph 2. Temporal variation of the percentages of origin of individuals from areas of the current State of Rio Grande do Sul (Bagé, 1829-1860).

Fonte: Arquivo da Diocese de Bagé. Registros de Batismo da Igreja de Bagé. Livros 1, 2, 3 e 4B.

¹¹ Esse mesmo processo de enraizamento foi também visualizado na Capela de Alegrete por Farinatti (2014), em seu trabalho sobre aquela localidade.

esse autor, “é possível mesmo que alguns dos genitores que compareceram à pia batismal dizendo-se naturais de Rio Pardo fossem nascidos nas terras recém-conquistadas, onde ainda não havia capela, e tivessem sido batizados em Rio Pardo” (Farinatti, 2014, p. 226, nota 5). Essa mesma sentença pode ser válida também para Bagé, acrescentando-se, entretanto, a localidade de Piratini para esse caso específico (Matheus e Oliveira, 2014).

Além disso, chama também a atenção o aumento percentual, ao longo do tempo, de indivíduos procedentes das “Novas Áreas”. Apesar de pouco significativo, esse percentual demonstra a circulação de indivíduos nessa área de ocupação mais recente, a qual pode ser percebida, na Capela de São Sebastião de Bagé, a partir do período relativo à Revolução Farroupilha. Um movimento parecido, é importante ressaltar, também pode ser percebido na vila de Alegrete (Farinatti, 2014). Muitos desses casos podiam dizer respeito a indivíduos que estivessem apenas de passagem por essas localidades, ou provisoriamente nelas instalados, em virtude das circunstâncias da guerra, ainda mais caso consideremos que a parcela meridional da Província de São Pedro foi a mais afetada pelos combates. O caso de João da Silva Tavares é significativo nesse sentido, considerando que este batizou alguns de seus filhos em Rio Grande durante a Revolução Farroupilha, local onde sua família residia provisoriamente, em virtude do andamento dos conflitos.

Mesmo para o período após a pacificação da Província, esses percentuais seguem aumentando ao longo do tempo, algo que pode estar demonstrando uma nova tendência conjuntural de migração para aquela região, caracterizada pela circulação de indivíduos dentro dessa área de ocupação mais recente. A migração de João da Silva Tavares e seus familiares, nesse sentido, insere-se nessa nova conjuntura do movimento migratório para Bagé. De acordo com os assentos de batismo, para o caso dos indivíduos oriundos de Herval, a grande maioria dos migrantes dessa localidade registra seus filhos apenas ao longo da década de 1850, o que reforça nossa sugestão. Os poucos indivíduos naturais de Herval que compareceram à pia batismal em Bagé durante o período Farroupilha permaneciam, ao longo dos anos 1850, não só registrando seus filhos naquela localidade, como também apadrinhando recém-nascidos, sugerindo que a ocorrência de casos diversos à permanência provisória da família Silva Tavares em Rio Grande era também um dos inúmeros casos possíveis naquele contexto.

O aumento desses percentuais para Bagé nos períodos posteriores à Revolução Farroupilha, portanto, pode estar demonstrando não só a fixação de alguns desses indi-

víduos que teriam se deslocado em decorrência do conflito, mas também uma nova fase do processo migratório que caracterizou a formação daquela localidade, ocorrido em virtude das consequências socioeconômicas de quase dez anos de conflitos bélicos. Eurico Jacinto Salis, em sua “História de Bagé”, afirma que “grande foi a afluência de gente” que se mudara para Bagé após o apaziguamento da província, algo que teria levado inclusive o então Presidente da Província, Manuel Antônio Galvão, a autorizar a concessão de terrenos devolutos a quem desejasse edificar na localidade (Salis, 1955). O caso de Silva Tavares e seus familiares compõe esse grande afluxo, pois essa família, após ter se deslocado provisoriamente de Herval para Rio Grande ao longo da Revolução Farroupilha, migrou para Bagé em um momento posterior ao término do conflito, em virtude do estabelecimento agrário adquirido pelo Coronel Silva Tavares, através do qual este restabeleceu suas atividades na produção pecuária, mesma atividade econômica por ele exercida antes da Revolução Farroupilha. Considerando esse caso específico, cremos que seja possível afirmar que muitas dessas migrações referentes a essa nova tendência tenham sido motivadas por razões semelhantes àquelas que teriam levado Silva Tavares e seus familiares a migrar para Bagé.

Considerações finais

Partindo do caso específico de João da Silva Tavares, é importante tomar em conta alguns aspectos, especialmente no que diz respeito às limitações referentes à metodologia aqui utilizada. Como sabemos, apesar de ter permanecido boa parte de sua vida em Herval, Silva Tavares nascera em Rio Grande. A detecção de sua migração só foi possível, nesse caso, tendo em vista o fato de já conhecermos seu local de residência anterior, o qual era distinto do seu local de nascimento. Caso considerássemos João da Silva Tavares entre os milhares de casos analisados através dos registros batismais da capela de Bagé¹², este seria computado enquanto um dos indivíduos oriundos da área “Porto-Charqueadora”, na qual incluímos Rio Grande através da classificação por nós utilizada. Ou seja: sua migração não seria visualizada como parte da nova conjuntura de migrações oriundas das “Novas Áreas”, mas sim enquanto integrante daquelas relativas às áreas de ocupação mais antiga, nas quais Silva Tavares esteve presente em virtude da migração de seus pais de Rio Grande para Herval. Essa observação, porém, implica também a possibilidade de que outros indivíduos listados como presentes em Bagé através desses mesmos registros

¹² Mais especificamente, 8.006 registros de batismos analisados para a Capela de Bagé, referentes ao período entre 1829 e 1860.

paroquiais tivessem realizado uma trajetória similar à de Silva Tavares, tendo nascido em áreas de ocupação mais antiga, migrado para as “Novas Áreas” e, em um segundo momento, efetuado nova migração dentro dessas mesmas áreas de ocupação mais recente. Esse aspecto é praticamente impossível de se detectar ao se utilizar os assentos paroquiais de uma única capela.

Uma outra questão diz respeito à aferição da presença dos indivíduos nas localidades através dos registros batismais, para os quais é imprescindível, obviamente, a ocorrência de um nascimento. Ainda levando em consideração o caso de João da Silva Tavares, sua migração não teria sido detectada caso tivéssemos utilizado apenas os registros de batismo como indício para tal movimento, haja vista que Silva Tavares não registrou nenhum filho após sua fixação em Bagé, tendo sido seu último rebento registrado em Rio Grande, como já vimos, no ano de 1847. Mesmo se considerássemos, como indício, seu comparecimento à pia batismal enquanto padrinho, só a visualizaríamos no ano de 1861, em um momento fora do recorte utilizado para a análise efetuada neste trabalho. Ainda assim, não seria possível afirmar a procedência de Silva Tavares, caso não a conhecêssemos, pois não era uma prática dos párocos assinalar essa informação para os padrinhos. Mesmo para os pais essa informação, por vezes, não constava, pois essa não era uma obrigação estabelecida para os párocos no que tange ao que deveria constar nos assentos de batismo (Marcílio, 2004; Matheus e Oliveira, 2014). Apesar dessas informações, os registros de batismo são bastante úteis para a visualização de movimentos migratórios quando da ausência de outras fontes que permitam efetuar a aferição de tais movimentos, conforme afirmamos anteriormente.

Frete ao exposto, consideramos que a análise de uma trajetória, quando posta em contraste com os contextos nos quais ela se desenvolve, permite a visualização de fenômenos sociais os mais diversos, como, por exemplo, os movimentos migratórios aqui analisados a partir da trajetória de João da Silva Tavares. Em um primeiro momento da análise, cremos ter demonstrado o caráter conjuntural da migração da família Silva Tavares para o território que viria a compor a parcela meridional do atual Estado do Rio Grande do Sul, em um movimento de ocupação marcado principalmente pelas migrações “internas” para uma parcela considerável dessa região. Ademais, acreditamos ter sido possível demonstrar também, apesar das limitações expostas, que a migração efetuada por João da Silva Tavares no pós-Farroupilha foi parte constituinte de uma outra conjuntura, na qual as migrações permaneciam ocorrendo para o caso específico de Bagé, por mais que o perfil desses migrantes, no que diz respeito aos seus locais de origem, estivesse em modificação. Feitas essas

considerações, cremos que as migrações de Silva Tavares e sua família se tornam significativas, dentro dos contextos nos quais se inserem, para uma melhor compreensão dos movimentos migratórios ocorridos ao sul do Brasil durante o século XIX.

Referências

- ALADRÉN, G. 2012. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 374 p.
- CAMARGO, F. 2001. *O Malón de 1801: A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo, Clio Livros, 351 p.
- FARINATTI, L.A. 2010. Territórios sobrepostos: as migrações na constituição de uma sociedade de fronteira (paróquia de Alegrete, 1821-1844). In: Seminário Internacional ‘Migrações: mobilidade social e espacial’. *Anais do Seminário Internacional ‘Migrações: mobilidade social e espacial’*. São Leopoldo, Unisinos, CD-ROM.
- FARINATTI, L.A. 2014. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1844). In: A.S. SCOTT et al. (org.), *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo, Oikos/Editora Unisinos, p. 215-138.
- FRANCO, S.C. 1980. *Origens de Jaguarão*. Caxias do Sul, UCS, 120 p.
- GIL, T. 2007. *Infieis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 220 p.
- MARCÍLIO, M.L. 2004. Os registros paroquiais e a História do Brasil, Maria Luiza Marcílio. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/31p13.pdf>. Acesso em: 15/05/2012.
- MATHEUS, M.S. 2016. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-c. 1870)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 418 p.
- MATHEUS, M.S.; OLIVEIRA, L.R. 2014. Das migrações para a fronteira (Bagé, c.1830-c.1860). In: XII Encontro Estadual de História. *História, Verdade e Ética: Anais Eletrônicos*. Porto Alegre, ANPUH-RS. Disponível em: http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405479403_ARQUIVO_DASMIGRA-COESPARAAFRONTEIRA.pdf. Acesso em: 01/06/2016.
- OSÓRIO, H. 2007. *O Império Português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 356 p.
- OSÓRIO, H. 1990. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 248 p.
- RIO GRANDE DO SUL. 2010. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul. Inventários. O Escravo deixado como herança/ Coordenação: Bruno Stelmach Pessi. Volume I. Porto Alegre, CORAG. Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1292864308.Livro_Inventarios_v.1.pdf. Acesso em: 11/08/2015.
- SALIS, E.J. 1955. *História de Bagé*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 326 p.
- VIEIRA, J.C.N. 2010. *O Fundador do Herval*. Bagé, Edição Particular, 106 p.

Fontes primárias

ARQUIVO DA DIOCESE DE BAGÉ. Registros de Batismo da Igreja de Bagé. Livros 1, 2, 3 e 4B.

ARQUIVO NACIONAL. “Mesa de Consciência e Ordens”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Consulta sobre Erigir-se Freguesia a Capela do Herval, da Província do Rio Grande do Sul de São Pedro”.

ARQUIVO NACIONAL. “Mesa de Consciência e Ordens”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, e Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e Léguas”.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Transmissões e Notas. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2 a 21 (18/02/1811-01/02/1852).

FAMILY SEARCH. [s.d.]. Brasil. Rio Grande do Sul. Registros da Igreja Católica. Livros número 6, 7, 8 e 10 de Batismos da Igreja de São Pedro de Rio Grande. Disponíveis em: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14863-35562-59?cc=2177295&cwc=M78XPWP:371564301,371567402,371610201#uri=https%3A%2F%2Ffamilysearch.org%2Fccapi%2Fsord%2Fwaypoint%2FM78X3NR%3A371568201%2C371568202%3Fcc%3D2177295>. Acesso em: 11/08/2015.

MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA. Livro Número 1 de Registro das Marcas do Município de Bagé (1849-1885). Coleção Jorge Reis, livro número 326.

Submetido: 01/07/2016

Aceito: 04/11/2016